RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano V, v.1 2025. | submissão: 07/09/2025 | aceito: 09/09/2025 | publicação: 11/09/2025

A privatização da água na América Latina

La privatización del água en América Latina

Isaac Rodrigues dos Santos[1]

RESUMO

Com a expansão do neoliberalismo a partir de 1973 no Chile, e a partir das décadas de 1980/90 nos demais países da América Latina ocorreu um processo intenso de privatização da água em que o capital se apropriou de forma gradativa deste recurso natural de diversos países, transformando este líquido que é essencial para a vida em *commodities* que pode ser comercializada como qualquer outra mercadoria, excluindo milhares de pessoas que não têm recursos financeiros para ter acesso a água.
Palavras-chave: Privatização, Água, Neoliberalismo.

RESUMEN

Con la expansion del neoliberalismo a partir de 1973 en Chile, y desde las décadas de 1980 y 1990 en otros países de América Latina se produjo un intenso processo de privatización del agua en la cual el capital se fue apropriando de este recurso natural en varios países, transformando este líquido esencial para la vida en mercancías transables como cualquier otro bien, excluyendo a miles de personas que no cuentan con los recursos económicos para acceder al agua.
Palabra Clave: Privatización, Agua, Neoliberaslimo

1. Introdução

A água é sem dúvida o mais importante dos recursos da natureza fundamental para a vida nas suas diversas formas manifestadas em todo o planeta. Com o desenvolvimento da sociedade humana, este recurso, além do trabalho humano, foi o responsável pelo surgimento de diversas cidades no passado, como o Antigo Egito que posteriormente se tornou um poderoso império, junto ao Rio Nilo, que foi um rio fundamental na Antiguidade para o transporte de mercadorias da África Subsaariana para o norte da África, sendo responsável também para a robusta agricultura das diversas civilizações africanas por ele banhadas. Mas também, a

[1] Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus de Ourinhos); Mestrado em Geografia na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutorando em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo (USP); Professor da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC); Professor da Rede Estadual (SEDUC/SP). E-mail: isaacrosato@hotmail.com

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

presença de rios gerou cobiças políticas com existência de diversos conflitos pela água desde a Antiguidade

Com o avançar dos séculos, na contemporaneidade, propagação do neoliberalismo foi muito danosa para a economia e para o modo de vida das populações dos países da América do Sul, dentre eles o Brasil onde diversas empresas estatais de saneamento básico foram privatizadas com efeitos negativos para a população pobre das diversas periferias do país, que pagam valores altos para acessar os serviços de saneamento, além dos problemas socioambientais e contaminações dos rios expondo parte da população mais marginalizada do sistema capitalista a doenças diversas pela falta de saneamento.

A privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) sem dúvida é um dos maiores exemplos de entrega dos recursos naturais para o capital, transformando a água que é um bem coletivo, em mercadoria que pode ser vendida, obtendo o acesso a ela somente quem pode pagar, e muitas vezes com a qualidade duvidosa. Desta forma, entendemos que a apropriação da água pelo capital no Estado de São Paulo, e em outros estados brasileiros, além dos países vizinhos do Brasil faz parte de um processo geopolítico global de apropriação dos recursos naturais pelo capital nos diversos espaços do planeta e intensificado pelo neoliberalismo sobretudo a partir das décadas finais do século XX, assim aumentando as desigualdades sociais pela falta de acesso à água potável neste contexto de mudanças climáticas em que os mais pobres são penalizados também por um sistema de saúde precarizado, sem acesso à educação, moradia de qualidade, além da água potável, para que as pessoas possam ter uma vida com o mínimo de dignidade.

2. O acesso à Água

Em diversas regiões do mundo existem milhares de pessoas que não têm acesso à água de qualidade e em quantidade para a sua sobrevivência, como no Paquistão onde mais de 10 milhões de pessoas são afetadas pela falta de água, como também no Afeganistão, que poderá se tornar nos próximos anos um país que não terá mais água potável por conta das mudanças climáticas e falta de infraestrutura para a sua gestão.

Em diversas partes do mundo, afetadas pela falta de água, e onde as tarifas para o seu acesso é alta, a apropriação da água pelas empresas privadas sob a conivência do Estado juntamente com os problemas relacionados ao meio ambiente, são as principais razões para a

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

sua escassez, além da falta de investimentos em infraestrutura de captação para ter um maior proveito da recursos hídricos disponíveis.

> Nos lugares que há uma certa disponibilidade, há também, muitas vezes, a presença das empresas privadas e dos organismos internacionais pressionando os governos locais a entregarem a gestão da água para a iniciativa privada, muitas vezes sob coação, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) o faz no momento de negociar a dívida dos países subdesenvolvidos e endividados a privatizarem a gestão dos seus recursos naturais, dentre eles a água, em troca de renegociar a dívida ou emprestar mais dinheiro mesmo sob juros astronômicos. O neoliberalismo intensificou os problemas socioambientais decorrentes da ação humana sobre a natureza, situações que a sociedade enfrentando para buscar alternativas políticas, sociais e culturais para que no futuro toda a sociedade tenha acesso à água potável com qualidade, sem objetivar o lucro do grande capital.

Os recursos naturais existentes no continente americano, sobretudo na sua porção ao sul, desde o período colonial já despertaram o interesse dos exploradores europeus, aguçados pela curiosidade e imaginações acerca das lendas e estórias que circulavam pela sociedade europeia a respeito de cidades feitas de ouro escondidas da cobiça do restante da humanidade. O povo indígena *muisca* que habitava no território da atual Colômbia, região andina, tinham a tradição de polvilhar fragmentos de ouro nos chefes iniciados para o comando. Os postulantes ao comando eram conhecidos como *El Dorado*, O Dourado.

Estas tradições indígenas, a exemplo do povo muisca fizeram com que diversos exploradores europeus que se aventurassem na floresta amazônica e na Cordilheira dos Andes em buscas de riquezas. Muitos morriam de doenças, inanição, mordedura de serpentes e assassinatos pela busca incessante pelo ouro pela América do Sul, na maioria das vezes dizimando milhares indígenas sobretudo por armas de fogo, mas também por doenças trazidas da Europa. Entretanto, o ouro em abundância foi encontrado somente a partir de 1693 no Estado de Minas Gerais, no Brasil, iniciando um ciclo econômico de exploração aurífera com uma intensa exploração de mão de obra de africanos escravizados marcando uma nova regionalização econômica no território brasileiro.

Outro exemplo de exploração mineral, sem dúvida foi a extração da prata em *Potosí*, capital da província de Tomás Frias, se tornou o maior produtor deste minério do mundo ainda no início do século XVII sob o domínio espanhol. A riqueza dos recursos naturais dos

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

países da América Latina ativou a ganância da Europa e a consequente expropriação da riqueza do solo dos povos indígenas.

A exploração do ouro no Brasil e da prata na Bolívia, são exemplos do histórico de exploração da riqueza natural da América do Sul pelos países europeus e empobrecimento, escravidão e morte das populações indígenas e negras em benefício do capital privado e das coroas europeias. Há mais de 500 anos as riquezas minerais da América do Sul são frutos de cobiça, anteriormente Inglaterra, Espanha e Portugal enquanto exploradores diretos, e na contemporaneidade, o capital estadunidense e europeu se apropriando dos recursos naturais via privatização da exploração dos recursos naturais, dentre eles, a água.

3. A Privatização da Água na América Latina

Um dos exemplos paradigmáticos de apropriação da água de forma sistemática sem dúvida foi no Chile, inicialmente com a exploração de ouro e prata no período colonial, posteriormente, no século XX com a aplicação do neoliberalismo, houve uma intensificação da exploração destes recursos, incluindo o cobre que é abundante naquele país. As empresas privadas lá instaladas passaram a se apropriarem dos recursos naturais de forma progressiva com impactos desastrosos na natureza para o enriquecimento da elite local e do capital estrangeiro.

O processo de privatização no Chile foi tão forte, que nos anos 1980, menos de dez anos após o golpe de Estado realizado por Pinochet, toda a água, desde a nascente a gestão do esgoto, com quase 100% sob o controle da iniciativa privada. O chamado Código das Água, foi desenvolvido ao longo dos anos 1970/80, separando o uso da água, do uso da terra, possibilitando a compra e a venda e controle de todo o saneamento básico. Desta maneira, ocorreu uma superexploração da água dos rios e lagos pelas atividades agrícolas e industriais contaminando também as águas da população mais pobre. Assim, milhares de famílias chilenas são afetadas pela falta de água por conta da escassez e contaminação pelas mineradoras instaladas no país. O chile foi usado pelos Estados Unidos como um teste para a propagação do neoliberalismo, resultando em aumento da pobreza por conta da exploração dos seus recursos sem contrapartida para o desenvolvimento social. De maneira gradativa a privatização avançou, atingindo hoje, além dos recursos naturais, o sistema de saúde, educação e previdência social.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Diversos países da América Latina passam por problemas de acesso à água potável por conta do descaso do Estado em sanar este problema e por conta das apropriações deste recurso por parte de empresas privadas, muitas das quais com capital estrangeiro buscando na privatização dos recursos naturais a oportunidade de obtenção de lucro.

O caso chileno é emblemático porque revela o caráter autoritário do processo de privatização que é aplicado sem consultar a população e retirando desta a possibilidade de emancipação e soberania perante as necessidades de sobrevivência a partir do momento em que a privatização de toda a vida social, cultural e econômica é imposta pela força das armas do próprio país sob o comando do capital e de forças políticas internas e externas.

O golpe de Estado ocorrido no dia 11 de setembro de 1973, com intenso bombardeio da força aérea chilena contra as estruturas do Estado com o apoio dos Estados Unidos e do empresariado local e internacional, retirou pela força o governo democraticamente eleito de Salvador Allende, de orientação política socialista e ligado às causas sociais. Consolidado o golpe, assume o poder o general Augusto Pinochet, marcando para sempre uma política de perseguição, aumento das desigualdades sociais, mortes, torturas e a entrega do patrimônio público e dos recursos naturais ao capital estrangeiro.

A partir deste momento, o chile passou a ser visto como um laboratório de experimento das políticas neoliberais em escola global. Nenhum outro país levou a cabo em grandes proporções uma política de enfraquecimento do Estado e aumento da importância das empresas nos diversos setores da vida social e econômica como ocorridas no Chile. Setores como a educação, previdência social e acesso aos recursos naturais foram amplamente apropriados pelo capital nacional e internacional ameaçando a soberania nacional.

A mão de ferro com que o general Augusto Pinochet governou o Chile de forma autoritária de 11 de setembro de 1973 a 11 de março de 1990 foi danoso para a economia, aumentando significativamente as desigualdades sociais com o constante enriquecimento da elite do país e das empresas nacionais e estrangeiras que exploravam os diversos setores do país, notadamente, os recursos naturais.

O paradigma neoliberal, fundamentado ideológica e epistemologicamente pela Escola de Chicago, com pensadores como Milton Friedman e George Stigler, defendiam o liberalismo econômico com o livre mercado e com a mínima participação do Estado na economia, sendo uma política econômica destinada ao crescimento econômico com a

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

acumulação de capital, cuja culminância é a hegemonia do grande capital em escala planetária na medida que este paradigma avançava para outras partes do mundo como aconteceu no Chile que precisou realizar medidas antidemocráticas como a deposição do presidente democraticamente eleito para que o modelo neoliberal fosse implantado pela classe dominante chilena com a força dos militares e apoiados pelo governo dos Estados Unidos e pela CIA. As perseguições e desmobilização dos movimentos sociais e prisões e torturas contra militantes de esquerda, prisões arbitrárias e mortes contra qualquer ameaça contrária foi a receita aplicada pela elite e as forças armadas para que não houvesse oposição ou resistência contra a apropriação da riqueza do país, sob a justificativa de livrar o Chile do comunismo e da corrupção dos políticos tradicionais.

A Assembleia Geral da ONU em 28 de julho de 2010 declarou a água, o saneamento um direito humano fundamental para a fruição da vida e demais setores sociais.

Os defensores do neoliberalismo defendiam a ideia de que o capitalismo e o comunismo em suas formas mais puras tinham falhado em todos os lugares. De acordo com Harvey (2014, p. 20): "O único caminho que restava era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, e o bem-estar e a estabilidade".

Na contemporaneidade, o neoliberalismo ainda fundamenta a economia chilena, como nos setores da educação, saúde, políticas sociais, pensões, entre outros setores que foram apropriados pelo capital e sendo transformados em mercadorias sob a lógica da acumulação.

A privatização da água no Chile foi gradual e extremamente danosa para a população. Sob a ditadura de Pinochet, o chamado *Código de Águas* foi gradativamente implantado entre as décadas de 1970 e 1980, instituindo a separação dos direitos ao uso da água da terra, o que permitiu a compra e a venda deste bem comum como qualquer outra mercadoria, configurando na atualidade, como o único país do mundo em que quase água é 100% privatizada de forma perpétua. Inclusive a própria gestão do saneamento é uma atividade privada, um serviço que objetiva o lucro. A ditadura chilena foi longa e agressiva de tal forma que mesmo com o fim do autoritarismo e com eleições livres, a Constituição chilena atual é a mesma implantada por Pinochet e pela elite do país dando abertura para a atuação do mercado e diminuição do Estado.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

No início dos anos 1980 o FMI e o Banco Mundial começaram a propagar a implantação das ideias de livre mercado em todo o planeta. Países que tinham dívidas para renegociá-las ou objetivassem empréstimos deveriam passar por reformas institucionais como aplicação das privatizações, cortes de gastos sociais e leis trabalhistas mais flexíveis, ou seja, uma série de medidas de austeridade cujos beneficiários seriam as elites econômicas e o capital.

Assim, o Estado neoliberal deve proteger os direitos individuais, a propriedade privada e o livre comércio. Harvey (2014, p 77) analisa o perigo de uma ruptura do processo democrático, quando diz que:

> Os teóricos neoliberais têm (...) uma profunda suspeita com relação à democracia. A governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades constitucionais. A democracia é julgada um luxo que só é possível em condições de relativa afluência, associado a uma forte presença da classe média para garantir a estabilidade política.

Os estados neoliberais dão prioridade ao crescimento da economia desregulando as instituições financeiras em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores, dos programas sociais, e dos problemas ambientais agravados pelas mudanças climáticas. O Estado é usado para resgatar empresas endividadas para evitar o aumento da crise econômica.

Desta maneira, o Banco Mundial e o FMI existem para proteger as instituições financeiras internacionais da falência. Harvey (2014, p.83/84) nos explica como os países pobres subsidiam os países ricos quando diz que:

> Essa prática de priorizar as necessidades dos bancos e instituições financeiras e ao mesmo tempo diminuir o padrão de vida do país devedor teve como evento pioneiro a crise da dívida da cidade de Nova York. No contexto internacional, isso se traduziu em extrair mais-valia de populações empobrecidas do Terceiro Mundo para pagar aos banqueiros internacionais.

Para se combater a crise econômica os estados neoliberais aplicam a austeridade. Vladimir Safatle (2021, p. 24/25) nos mostra uma transformação mais profunda na sociedade com o sofrimento do psiquismo e intenso controle social pelas políticas neoliberais. De acordo com o autor:

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

> (...) o que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social.
> Ou seja, o neoliberalismo é um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito. Pois para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia. Ele deveria bloquear principalmente um tipo específico de conflito, a saber, aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social. Isso significa, concretamente, retirar toda a pressão de instância, associações, instituições e sindicatos que visassem questionar tal noção de liberdade a partir da consciência da natureza fundadora da luta de classes.

O individualismo exacerbado concomitante ao aumento da participação da iniciativa privada em todas as instâncias sociais, onde o ter, o poder do dinheiro é o único fundamento de prosperidade e projeção com participação na sociedade, os marginalizados do consumo nesta sociedade capitalista internaliza uma culpa por conta de sua própria exclusão. O neoliberalismo é um grande propagador de doenças mentais na contemporaneidade onde o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso na esfera da vida privada numa sociedade extremamente competitiva e funcional do modo de produção capitalista.

A aplicação do neoliberalismo na Bolívia ocorreu a partir das décadas de 1980/90 com o a frase *menos Estado y más mercado* logo no início do período democrático depois de queda da ditadura que durou 20 anos.

Em 1985 o governo de Victor Paz Estenssoro lançou seu plano econômico via decreto, com o nome de Nova Política Econômica com o objetivo de reestruturar a economia boliviana após décadas de ditatura. Para isso lançou mão das políticas neoliberais vista como a única solução para a economia com baixo crescimento e crise política. A política neoliberal foi aplicada inclusive nos governos que sucederam Victor Paz, como Gonzalo Sanchez de Lozada que aprofundou ainda mais a política privatista com a venda sistemática das empresas estatais dos ramos de mineração, petrolíferas, telecomunicações, transporte e do setor elétrico, adquiridas sobretudo pelo capital estadunidense e italiano.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A Bolívia é um caso particular de apropriação da água pelas empresas privadas num país que teve seus recursos naturais explorados historicamente, inicialmente a prata desde o início do período colonial no século XVI, passando pela exploração de outros minérios como o ouro, zinco estanhos e cobre. No início dos anos 2000, o governo do departamento de Cochabamba, privatizou a água. A empresa *Aguas del Tunari*, consórcio formado por empresas multinacionais, foi quem se apropriou deste recurso natural importante. Entretanto, a sociedade se uniu protagonizando a Guerra da Água, fazendo com que o governo recuasse e reestatizasse este bem público (PFRIMER, 2009).

A privatização dos recursos hídricos no contexto do neoliberalismo é um processo de apropriação dos recursos naturais pelo capital enquanto mecanismo gerador de exclusão por falta de acesso à água pelos mais pobres da América Latina, sendo uma etapa importante do capitalismo para o acúmulo de capital das empresas privadas.

Constatamos através de pesquisas bibliográficas e trabalho de campo que a falta de acesso ao saneamento básico no Brasil e em diversos países da América Latina é uma realidade ainda longe de ter um fim com acesso universalizado de água tratada e esgoto encanado. Tanto é que alta a incidência de doenças ligadas à falta de acesso ao saneamento, tais como diarreia, hepatite A, febre tifoide, verminoses, esquistossomose, dentre outras doenças, configura numa grave ameaça aos direitos humanos.

A apropriação da água sob o paradigma neoliberal e sem a responsabilidade socioambiental e sem a preocupação de levar água potável a quem mais precisa é uma realidade que infelizmente tem uma tendência ao aumento no caso brasileiro por conta do Novo Marco Legal do Saneamento sancionado 2020 pelo então presidente Jair Bolsonaro, que incentiva a atração de investimentos privados na área de saneamento no Brasil.

Considerações finais

A privatização da água no Chile foi a mais emblemática poque foi um modelo que passou totalmente a gestão da água à iniciativa privada. Em Cochabamba, na Bolívia, ocorreu a privatização da água, mas a forte reação da sociedade obrigou o Estado a rever a privatização, voltando ao modelo governamental de gestão da água. No Brasil após o Marco Legal do Saneamento Bolsonaro, houve uma grande abertura para a privatização da água em

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

praticamente todo o território nacional, fato que possibilitou a privatização da Sabesp no Estado de São Paulo, a maior companhia de saneamento do país foi apropriada pelo capital em 2024 restando pouca participação do governo nas ações desta companhia, fazendo com que as empresas privadas tenham um papel de comando maior na gestão de um recurso que é essencial para a vida.

O México também tem enfrentado nos últimos anos um processo gradual de privatização da água em alguns estados, fato que está deixando a sociedade daquele país preocupada em meio às mudanças climáticas com secas e enchentes em vários lugares. Na Argentina, o presidente Javier Milei anunciou o início do processo de privatização da estatal AySA, que é responsável pelo fornecimento de água para a região de Buenos Aires.

Em diversos países europeus e nos Estados Unidos ocorreram reestatizações do saneamento pois contataram que a iniciativa privada objetiva somente o lucro, e para uma gestão eficiente da água é necessária uma política de saneamento voltada à sociedade procurando universalizar o acesso à água sem objetivar o lucro acima das necessidades sociais. Neste caso, o Estado é por excelência quem deve fomentar a universalização do acesso à água sem espoliar a sociedade com tarifas altas.

O processo de privatização da água está ocorrendo com maior força e velocidade nos países da América Latina, sobretudo no Brasil com o avanço do neoliberalismo. Resta saber a postura que a sociedade e os governos tomarão num momento em que os níveis dos rios estão diminuindo e aumentando a seca em muitos lugares por conta das mudanças climáticas. Uma gestão responsável dos recursos hídricos é necessária e o Estado tem um papel fundamental para a sua manutenção e gerenciamento, para que a sociedade tenha soberania sobre os seus recursos naturais visando a preservação e possibilitando o acesso à água para toda a sociedade sem que a ambição pelo lucro esteja à frente das decisões sobre o saneamento básico.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C.; BEZERRA, G. N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

COSTA, W. M. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Edusp, 2016.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

FRACALANZA, A. P.; FREIRE, T. M. Crise da água na Região Metropolitana de São Paulo: injustiça ambiental, privatização e mercantilização de um bem comum. *Geousp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 19, n. 3, p. 464-478, 2016. ISSN 2179-0892.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. *História do pensamento econômico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IRIGARAY, M. C. Privatização e mercantilização da água na América Latina: desafios da sustentabilidade e defesa do bem (de uso) comum "no" e "para além" do capitalismo. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria (UFMS), Santa Maria, 2016.

KEYNES, J. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo; Rio de Janeiro; Lisboa: Fundo da Cultura, 1964.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril; Nova Cultura, 1985.

MENDEZ, Y. S.; WALTENBERG, F. D. Desigualdade de renda e demanda por redistribuição caminham juntas na América Latina. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 341-384, 2018.

MORAES, A. C. R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

NAPOLEONI, C. *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

NAPOLEONI, C. *Curso de economia política*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

PFRIMER, M. H. *A guerra da água em Cochabamba, Bolívia: desmistificando os conflitos por água à luz da geopolítica*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica, 2023.

SANTOS, C. A. P.; SÁ, Á. K. G.; et al. Tecnologias sociais e o desenvolvimento territorial do semiárido cearense. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 21, n. 64, p. 75-98, abr./jun.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

2023. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/19941. Acesso em: 11 set. 2025.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2011.

SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Edusp, 2013.

Sites

https://jornalggn.com.br/economia/xadrez-do-engodo-da-privatizacao-da-sabesp-por-luis-nassif/

https://nivetec.com.br/futuro-da-gestao-de-agua/

https://dadosabertos.ana.gov.br/

https://www.brasildefato.com.br/2020/08/03/entenda-como-se-deu-o-processo-de-privatizacao-das-aguas-no-chile/

https://jornal.usp.br/ciencias/valiosas-e-versateis-pesquisas-com-terras-raras-mostram-caminho-para-criar-cadeia-produtiva-no-brasil/

https://exame.com/insight/exclusivo-vivo-vence-concorrencia-de-r-35-bilhoes-para-instalar-hidrometros-da-sabesp/p

https://www.civicus.org/index.php/es/noticias-e-historias/entrevistas/4270-chile-ha-privatizado-por-completo-el-agua-lo-cual-significa-que-el-robo-esta-institucionalizado

https://www.elconfidencial.com/mundo/2022-08-30/sequia-empuja-pais-rey-privatizacion-agua-repensar_3481336/

https://pt.globalvoices.org/2022/05/24/em-meio-a-seca-e-crise-climatica-o-estado-mexicano-de-queretaro-enfrenta-possivel-privatizacao-de-agua/

https://www.cartacapital.com.br/mundo/governo-milei-anuncia-privatizacao-de-estatal-de-agua-da-argentina/

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.